

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve conhecimento de que na ARS Centro, IP e na ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP, ainda estão em funcionamento equipamentos de radiologia analógica/convencional.

Neste equipamento de radiologia a película radiográfica tem de passar por revelação química, dentro de uma máquina de revelar, com o auxílio de reagentes (revelador e fixador), dentro de uma câmara escura. Atualmente existem pelo menos 18 serviços nas ARS Centro, IP e ARS Lisboa e Vale do Tejo, IP, com radiologia analógica/convencional (Alcanena, Almeirim, Cartaxo, Coruche, Mangualde, Mira, Mortágua, Oliveira do Hospital, Ourém, Rio Maior, Santa Comba Dão, Soure, Tábua, Viseu, Vouzela, CDP Ribeiro Sanches, CDP Santarém, CDP Venda Nova).

A revelação química caiu em desuso, existindo várias orientações nacionais e internacionais para o seu abandono, assim que possível. O Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030) refere mesmo que uma das metas/objetivos a manter é o “aumento da desmaterialização de procedimentos e do recurso a técnicas digitais, que permite a redução da produção de resíduos sólidos e de resíduos líquidos perigosos”. A revelação química implica a utilização de produtos (revelador e fixador) que são considerados perigosos devido à sua composição química e que se enquadram no grupo IV. Este tipo de revelação é altamente prejudicial ao meio ambiente, sendo necessário o recurso a empresas especializadas para a sua eliminação, o que implica custos acrescidos, sendo também prejudicial à saúde dos técnicos de radiologia que os utilizam, principalmente porque as salas de revelação (câmaras escuras) não têm a ventilação adequada e os técnicos passam muitas horas a inalar os químicos libertados pela revelação.

Além de tudo isto, tem sido cada vez mais difícil adquirir tais produtos, havendo várias interrupções nos serviços por dificuldades de fornecimento das empresas produtoras/vendedoras. A crescer, as máquinas de revelar utilizadas estão a ficar extremamente degradadas devido aos anos de utilização e à falta de manutenção, não existindo no mercado, material para substituir as peças avariadas ou desgastadas.

Verifica-se também grande dificuldade na aquisição de películas radiográficas, havendo serviços que já não realizam exames por impossibilidade de fornecimento de películas. Alguns destes serviços estão inativos por avarias, sem possibilidade de reparação, por não haver no mercado peças para substituição.

Apesar das máquinas de revelar apresentarem todos os constrangimentos descritos acima, a maioria dos equipamentos de radiologia existentes nos serviços dos centros de saúde, permite a reconversão para radiologia digital, com investimentos pouco significativos, havendo apenas alguns poucos casos em que é necessária a aquisição de todo o equipamento novo.

Sabemos que foi solicitada a digitalização de todo o parque radiológico através dos fundos do PRR, mas até ao momento nada se concretizou.

A realidade destes serviços de radiologia na região Centro e na de Lisboa e Vale do Tejo, contrasta com a tecnologia de ponta e utilização de Inteligência Artificial dos equipamentos de radiologia da região do Algarve, por exemplo, criando desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de radiologia prestados às populações.

Em causa está a realização dos exames radiológicos em populações constituídas maioritariamente por pessoas idosas e carenciadas, residentes em localidades com pouca oferta de transportes públicos, obrigando os utentes a deslocarem-se alguns quilómetros para realizarem os exames e aumentando o tempo de espera pela confirmação do diagnóstico.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. Reconhece o Governo a importância dos serviços de radiologia instalados nos Cuidados de Saúde Primários, na prestação de cuidados de saúde às populações?
3. Que diligências têm sido efectuadas para a digitalização de todo o parque radiológico destas Regiões de saúde?
4. Para quando está previsto renovar, ou adaptar, os equipamentos de radiologia dos Cuidados de Saúde Primários, da ARSC e da ARSLVT?

Palácio de São Bento, 6 de julho de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)